



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 09/2015

13 DE MAIO DE 2015

(Estende aos Secretários Municipais, a concessão de revisão geral anual feita aos servidores municipais, prevista na Lei Complementar n 127/2015 e dá outras providências).

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guar, Estado de São Paulo, no uso das atribuies que lhe são conferidas por Lei;

APROVA:

Art. 1. Estende aos Secretários Municipais, a revisão geral anual de que trata o art. 37, X da Constituio Federal de 1988, concedida aos servidores municipais nos termos da Lei Complementar n 127, de 12 de maio de 2015.

Art. 2. Fica definido, nos termos do art. 5 da Lei n 1.616, de 09 de janeiro de 2012, em 7,7018% o percentual a ser aplicado sobre os subsídios dos agentes políticos de que trata o art. 1 desta Lei, ndice apurado de acordo com a variao do IPCA/IBGE (ndice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao período compreendido entre os meses de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015.

Art. 3. As despesas decorrentes da execuo da presente Lei correrão a conta de dotaes orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicao, retroagindo seus efeitos a 1 de maio de 2015, revogadas as disposies em contrário.

Guar/SP., 13 de maio de 2015.

Ana Maria Figueiredo Cruz
Presidente

Vinicius Magno Filgueira
1 Secretário

ngela Aparecida Paulino Soares
2 Secretária



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Mensagem ao Projeto de Lei n 09/2015 - CM

Senhores Vereadores,

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, utilizando das prerrogativas definidas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa, apresenta  deliberação, discussão e votação o presente Projeto de Lei, que versa sobre a extensão para os Secretários Municipais, a revisão geral anual concedida aos servidores municipais por meio da Lei Complementar n 127/2015.

O inciso X do art. 37 da Constituição Federal dispo:

“Art. 37. Omissis

(...)

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o  4 do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por Lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual sempre na mesma data e sem distinção dendices.”

Portanto, ao conceder revisão geral anual a ser aplicada nos vencimentos dos servidores públicos municipais, este benefício deve estender-se aos agentes políticos, nos termos do que estabelece o inciso X do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Como o dispositivo constitucional supracitado faz menção ao fato de que a revisão deve se dar *“sempre na mesma data e sem distinção dendices”*, o Projeto de Lei em questão prevê a retroatividade dos efeitos da Lei a 1 de maio de 2015, assim como ficou previsto na Lei Complementar n 127/2015.

Certos de podermos contar com o apoio de todos para a aprovação da presente proposição, reiteramos aos Senhores Vereadores votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Ana Maria Figueiredo Cruz
Presidente

Vinicius Magno Filgueira
1 Secretário

ngela Aparecida Paulino Soares
2 Secretária